

Comunicado nº. 23/78, em 2/6/78

A TODOS OS TRABALHADORES:

Prosseguindo na política de informar todos os colegas quanto a tudo o que se vai passando na nossa luta por melhores condições de vida, comunicamos agora o ponto da situação actual:

PONTO I

Quanto ao caso dos 30%, que tanta oolouma tem levantado, não podemos dar mais do que ténues esperanças. Há tentativas para que se entenda que a pernilagom não é abrangida mas tudo está dependente de um despacho do Ministério da Reforma Administrativa. Portanto é prematuro dizer-se qualquer coisa e os boatos que corrom nosso sentido, infelizmente, não são senão esperanças. Continuaremos a lutar, a tentar e a informar.

PONTO II

Mas o assunto principal é o da Reestruturação. Perspectivas diversas nos têm aparecido. Por vezes surgem esperanças de resolução rápida para logo em seguida surgirom cuos, enquanto os vários departamentos governamentais endossam responsabilidades de uns para outros. De qualquer modo temos mantido uma pressão constante, temos tido entrevistas sucessivas com todas as entidades susceptíveis de resolver o problema e temos endurecido gradualmente a nossa posição, vincando bom a nossa disposição de lutar mos até onde fôr necessário.

Conforme já tínhamos comunicado tinha-nos sido prometido por um ofício do Ministro da Reforma Administrativa que seríamos recebidos por esse membro do Governo na semana que hoje finda. Posteriormente foi por nós remetido o seguinte telegrama:

"Tendo Vossa Excolência marcado entrevista com este Secretariado para a última semana Maio por meio ofício nº. 1411/J.8, vimos solicitar Vossa Excolência se digno marcar dia e hora dessa entrevista, podendo sê-lo pelos telefones do Setúbal 22454 ou 23395."

A este telegrama foi-nos dada primeiramente uma resposta telefónica em que nos foi dito que tal entrevista só teria lugar quando as duas Direcções-Gerais, da Função Pública e das Contribuições e Impostos, chogassem a acordo e som que se perspectivasso a altura desse acordo. No entanto, no dia seguinte, recebemos o ofício que passamos a transcrever:

"Em referência ao telegrama, de 26 do corrente, tenho a honra de informar V. Ex^a. de que Sua Excolência o Ministro só vò vantagem em receber V. EX^{as}. depois da próxima 5^a. feira, dia 1 de Junho, dado que só naquela data estarão ultimados os trabalhos entre a Direcção-Geral da Função Pública e a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos".

Dada a expectativa de que no dia 1 terminassem essas conversações, assegurámos desde logo uma entrevista para a manhã do dia 2 de Junho com o dr. Elder Fernandes, interveniente nas negociações entre as duas Direcções-Gerais.

Dessa entrevista resultou sabermos que, afinal, as negociações não tinham finalizado, pelo que, mais uma vez, temos que chegar à conclusão de que estamos frente a uma manobra dilatória, que se não impusermos a nossa vontade firmo mais uma vez nos

arriscaremos a que o tempo decorra sem que alcancemos os nossos objectivos já por tanto tempo protelados.

Nesta conformidade pareceu a este Secretariado que temos que provar definitivamente que quando dizemos que estamos dispostos a lutar não falamos por falar, não fazemos promessas vãs. E, depois de tanta pressão, neste momento só há uma forma de o fazer: a greve. A greve que há muito tempo se desenha.

Pelo que, na competência que lhe foi conferida por unanimidade na Assembleia Geral de Delegados do 6 de Maio do ano corrente, e após a consulta geral às bases feita por meio do nosso comunicado nº. 9/78, O SECRETARIADO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA DIRECÇÃO-GERAL DAS CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS DECRETA GREVE PARA OS DIAS 29 e 30 DESTES MÊS DE JUNHO:

Esta decisão será confirmada em data mais próxima dos dias indicados, se até lá não obtivermos a satisfação daquilo que pretendemos. Entretanto, recomendamos a todos os colegas a leitura atenta das instruções que acompanharam o comunicado anterior. Dentro de alguns dias seguirão novas instruções para complementar as anteriores, bem como modelos de jornais murais e comunicados para clareza da população. E QUE HAJA ANIMO E DETERMINAÇÃO.

Estes dois dias que marcamos são uma introdução para uma luta mais dura que poderá ser necessária. São o aviso solene, provando por actos, de que estamos dispostos a tudo para defender os nossos interesses. Depois daremos à Administração tempo para reflectir e corrigir as suas posições. Se tal não acontecer no dia 26 de Julho entraremos em greve indefinida.

Além de outros motivos que nos levaram a escolher estas datas focamos o facto de que os dias de desconto irão incidir em meses para os quais estão programados os pagamentos dos retroactivos. Deste modo mais fácil se tornará a todos os colegas suportarem os prejuizos decorrentes da greve: os retroactivos para a greve.

Aliás prejuizos que não serão mais do que um investimento pois que a entrada em vigor da "Reestruturação" em breve fará com que todos os prejuizos sejam cobertos.

O S E C R E T A R I A D O

